

PF instaura inquérito para apurar supostas irregularidades no MEC

«**VERBAS**» Polícia Federal abriu dois inquéritos para apurar a intermediação de verbas por dois pastores, que atuavam dentro do Ministério da Educação, em um gabinete paralelo, para beneficiar prefeituras "amigas"

A Superintendência da Polícia Federal (PF) no Distrito Federal instaurou uma investigação para apurar as suspeitas de repasses irregulares de recursos do Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a municípios ligados ao gabinete paralelo revelado pelo Estadão. O inquérito foi aberto na última quinta-feira (24) com base nas informações enviadas no mesmo dia pela Controladoria-Geral da União (CGU). A PF abriu dois inquéritos com o objetivo de apurar a intermediação de verbas por dois pastores, que atuavam dentro do Ministério da Educação (MEC) em um gabinete paralelo, para beneficiar prefeituras "amigas".

Ainda nessa sexta, a CGU informou ao Estadão ter encaminhado "relatórios produzidos" e "evidências coletadas" durante uma investigação preliminar aberta em agosto para apurar a atuação de pastores como cobradores de propina em troca da liberação de verbas do MEC. Como mostrou o Estadão, o governo Jair Bolsonaro precisou de sete meses de uma apuração preliminar e de uma semana de denúncias na imprensa para encaminhar à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF) suspeitas do esquema de favorecimento de prefeitos ligados a um grupo de influência religioso.

A CGU informou que o resultado das investigações foi encaminhado no dia 3 de março ao gabinete do controlador-geral da União, o ministro bolsonarista Wagner Rosário, onde permaneceu parado por 20 dias, até ter sido encaminhado na última quinta-feira, diante das denúncias.

"O ministro alertou também, em seu despacho, para que todos



DIVULGAÇÃO/MEC

Após uma série de reportagens e denúncias de prefeitos, cresce a pressão para que o ministro Milton Ribeiro deixe o MEC

(Arlton) falou: 'vou lhe fazer por R\$ 15 mil porque você foi indicado pelo pastor Gilmar, que é meu amigo. Pros outros aqui, o que eu estou cobrando aqui é R\$ 30 mil.'

KELTON PINHEIRO

Prefeito de Bonfínópolis (GO)

os casos divulgados acerca de possíveis irregularidades envolvendo oferecimento de vantagem indevida de terceiro citado na Instrução Preliminar sejam incorporados à Investigação Preliminar Sumária (IPS) instaurada em 23/03/22, citada na Nota de Esclarecimento da CGU de mesma data", diz a nota da pasta.

A CGU, porém, recusou-se a enviar qualquer documentação que comprove a existência da investigação interna mencionada, tampouco algum documento que confirmasse o encaminhamento à Polícia Federal.

A série de reportagens do Estadão mostrou a existência de

um gabinete paralelo no MEC sendo operado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, da Igreja Cristo Para Todos. Dez prefeitos já disseram ao Estadão terem recebido pedidos de dinheiro pelos pastores. O prefeito Gilberto Braga, do município de Luís Domingues (MA), relatou ao jornal que o pastor Arilton teria cobrado um quilo de ouro em troca da liberação de verbas para a prefeitura.

Em áudio revelado pelo jornal Folha de S.Paulo, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirma que o MEC atua com o objetivo de beneficiar os "amigos do pastor Gilmar" e que as portas do

Ministério teriam sido abertas ao balcão religioso de propinas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Diante dos desdobramentos do caso, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia ordenou a abertura de um inquérito contra o ministro da Educação pela prática dos crimes de tráfico de influência, corrupção passiva, prevaricação e advocacia administrativa, conforme solicitou a Procuradoria-Geral da República (PGR). Ela ainda determinou que o procurador-geral, Augusto Aras, se manifeste em até 15 dias sobre a abertura de investigação de Bolsonaro por envolvimento no gabinete paralelo.

Dez prefeitos já denunciaram esquema operado por pastores

Brasília (AE) - Pelo menos dez prefeitos atestam que pastores atuaram na intermediação de recursos ou no acesso direto ao ministro da Educação, Milton Ribeiro. Desse grupo, três já admitiram que ouviram pedido de propina em troca da liberação de verbas federais para escolas. Eles serão intimados a prestar depoimento à Polícia Federal. O caso foi revelado pelo Estadão.

No que foi o relato mais forte até agora de como o esquema era operado no MEC para facilitar a li-

ra que o dinheiro já estivesse empenhado, era para dar um tanto, X. Para mim, como a minha região era área de mineração, ele pediu 1 quilo de ouro". Na quinta-feira (24), Braga divulgou nota pública confirmando a denúncia publicada pelo Estadão.

Já o prefeito de Bonfínópolis (GO), Professor Kelton Pinheiro (Cidadania), contou que chegou a receber uma oferta de desconto no valor da propina: "(Arlton) falou: 'vou lhe fazer por R\$ 15 mil porque você foi indicado pelo pastor Gilmar, que é meu amigo. Pros outros aqui, o que eu estou cobrando aqui é R\$ 30 mil'." O valor da contrapartida também incluía compra de bíblias patrocinadas pelo pastor.

Segundo o prefeito de Boa Esperança do Sul (SP), José Manoel de Souza (PP), também disse ter sido abordado pelo pastor Arilton com proposta de propina. "Ele disse: Eu falo lá, já faz um ofício, mas você tem que fazer um depósito de R\$ 40 mil para ajudar a igreja".

Para a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, os fatos são graves. Em despacho, ela atendeu pedido do Ministério Público Federal e determinou abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação, Milton Ribeiro, com os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. A investigação será conduzida pela Polícia Federal. A ministra do STF já autorizou que os prefeitos sejam ouvidos como testemunhas do caso. O ministro da Educação e os dois pastores também serão intimados.

Ele disse: Eu falo lá, já faz um ofício, mas você tem que fazer um depósito de R\$ 40 mil para ajudar a igreja."

JOSÉ MANOEL DE SOUZA

Prefeito de Boa Esperança do Sul (SP)

beração de recursos no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga, contou que lhe pediram propina em ouro. Ele se referia ao pastor Arilton Moura que atuava em parceria com o também pastor Gilmar Santos.

"Ele (Arlton) disse que tinha que ver a nossa demanda, de R\$ 10 milhões ou mais, tinha que dar R\$ 15 mil para ele só protocolar (a demanda no MEC). E, na ho-

Evangélicos pressionam por licença de ministro

A coordenação da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) quer que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, deixe o governo o quanto antes. Embora Bolsonaro tenha dito que põe "a cara toda no fogo" por Ribeiro, o Centrão e líderes da bancada evangélica dizem que a situação é "insustentável" porque Bolsonaro perde cada vez mais o discurso de que não há corrupção no governo. Cresce no Palácio do Planalto a ideia de convencer o presidente a dar ao menos uma licença para Ribeiro sair e se defender fora do governo.

Líderes evangélicos apresentaram nessa sexta-feira a Bolsonaro uma proposta que prevê licença para Ribeiro enquanto durarem os inquéritos da Polícia Federal. A ideia se inspira no caso de Henrique Hargreaves, que foi ministro da Casa Civil no governo Itamar Franco. Acusado de envolvimento em corrupção no escândalo dos anos do Orçamento, Hargreaves se afastou do governo para fazer sua defesa, em 1993, e voltou ao cargo 101 dias depois, inocentado.

Na avaliação de evangélicos aliados de Bolsonaro - apoiada agora por parte do Centrão - a saída "a la Hargreaves" poderia ser repetida por Ribeiro como forma de dar um voto de confiança ao ministro.

Alícea chegou a ser defendida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, padrinho da indicação de Ribeiro; pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica; e pelo pastor Silas Malafaia, além do ex-senador Magno Malta. Segundo informações do blog da jornalista Andréia Sadi, confirmadas pelo Estadão, a bancada evangélica pediu apoio de Mendonça para conversar com o presidente e com Ribeiro.

Para o comitê da reeleição, Bolsonaro não pode ser "contaminado" por mais um desgaste no momento em que começa a ganhar fôlego nas pesquisas e tem visto diminuir a diferença para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu maior adversário.

O argumento da equipe de campanha é de que o presidente precisa sair rapidamente dessa agenda negativa porque não possui mais o tempo que teve, por exemplo, durante a crise provocada pela pandemia de covid-19. No ano passado, Bolsonaro foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que pediu o seu indiciamento por expor os brasileiros ao contágio quando resistiu à compra de vacinas.

"Eu boto minha cara toda no fogo pelo Milton. Estão fazendo uma covardia contra ele", disse Bolsonaro, em transmissão ao vivo pelas redes sociais, anteontem. O presidente e a primeira-dama, Michelle, são próximos a Ribeiro.

A saída de Ribeiro na reforma ministerial, que deve ocorrer na próxima semana, é outra ideia que chegou a ser cogitada no Planalto. Neste caso, ele deixaria o MEC com o discurso de que vai concorrer a deputado federal. Antes, porém, precisaria se filiar a algum partido, o que, no auge da crise, não é tarefa fácil.

Em entrevista nesta semana, o ministro disse que, se houve pedido de propina para a liberação de emendas da pasta, foi sem seu conhecimento. Ele assumiu, no entanto, que manteve reuniões com o pastor Arilton Moura, um dos controladores do gabinete paralelo, mesmo ciente de que o religioso estava sob investigação da Controladoria Geral da União.

BONOR INDUSTRIAL S/A
CNPJ Nº 02.968.267/0001-00
AVISO AOS ACIONISTAS - Achem-se à disposição dos Srs. Acionistas na sede social desta empresa, na Av. Heronides Xavier da Silva, 201, Santos Reis - Parnamirim/RN, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social findo em 31/12/2021. Parnamirim/RN, 23/03/2022. **José Carlos Moreira de Abreu - Diretor Presidente.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022
O Pregoeiro do Município de Santa Cruz/RN, devidamente nomeado através da Portaria nº 002/2022, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022" do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", instaurada visando o Registro de Preços para aquisição de mobiliário escolar para atender as demandas da Secretaria Municipal de Educação, das Creches e Unidades de Ensino do Município de Santa Cruz/RN, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo serem observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 07 de abril de 2022, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** As 09h20min do Dia 07 de abril de 2022. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no site: www.portaldecompraspublicas.com.br ou através do e-mail: licitacoes@santacruz.rn.gov.br, de segunda a sexta-feira.
Santa Cruz/RN, 25 de março de 2022
José Jailson Pereira
Pregoeiro Municipal

COOPTAX - COOPERATIVA DOS PROPRIETÁRIOS DE TAXI DE NATAL
CNPJ: 08.708.745/0001-11 - NIRE: 2440000080-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Presidente em exercício da COOPTAX - COOPERATIVA DOS PROPRIETÁRIOS DE TAXI DE NATAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 22 do Estatuto Social da Cooperativa, convoca os cooperados, que nesta data totalizam 411 (quatrocentos e onze), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, com realização fora da sede da Cooperativa, para uma melhor acomodação dos cooperados, na sede do SESCOOP/RN, situada na Avenida Jerônimo Câmara, 2994 - Nossa Senhora de Nazaré - Natal/RN - CEP: 59.060-300, no dia 05 de abril de 2022 (terça-feira), em primeira convocação às 16h (dezesseis horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; não havendo quórum legal, em segunda convocação às 17h (dezesete horas), no mesmo dia e local, com a presença de metade mais 1 (um) do número de cooperados; e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação às 18h (dezoito horas), no mesmo dia e local, com a presença mínima de 10 (dez) cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: I - Justificativa da não realização da Assembleia Geral Ordinária dentro do prazo legal estabelecido no art. 44 da Lei nº 5.764/71; II - Prestação de contas do exercício de 2021, compreendendo: a) Relatório de Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstração de sobras ou perdas; d) Parecer do Conselho Fiscal; III - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; IV - Eleição dos componentes do Conselho de Administração; V - Eleição dos componentes do Conselho Fiscal; VI - Repasse da Central de Rádio - Telefone e Clientes; VII - Anulação da deliberação que aprovou as contas do exercício 2019, ocorrido na Assembleia Geral Ordinária, realizada dia 16 de setembro de 2020; VIII - Autorização para registro em ata de dados de todos os cooperados; IX - Dissolução da Cooperativa; X - Nomeação de um liquidante ou mais, e um Conselho Fiscal de 3 (três) membros para proceder à sua liquidação; e XI - Outros assuntos não deliberativos de interesse dos cooperados.
Natal/RN, 26 de março de 2022.
Francisco Ademar Alves
Presidente em exercício